

Dora Kramer*

Dino põe Justiça na encruzilhada dos penduricalhos

Na semana passada, o ministro Flávio Dino de uma tacada tirou dois coelhos de uma enrascada. Ao expor a ferida dos privilégios no serviço público, abriu espaço para um reposicionamento de imagem do Supremo Tribunal Federal e deu respaldo ao presidente da República para vetar o projeto do Congresso de criação de novos penduricalhos.

O bom andamento dos trabalhos dependerá do que será feito da determinação de que os três Poderes suspendam a concessão de qualquer remuneração feita sem base legal. Ficam faltando as gambiarras oficiais, mas já é um ótimo começo.

Ou melhor, um razoável começo, porque convém esperar o transcorrer dos 60 dias do prazo dado pelo ministro antes de se aplicar adjetivos superlativos à iniciativa. De todo modo, Lula (PT) fica a cavaleiro para fazer o veto sem maiores constrangimentos com o Legislativo, que tomou uma decisão errada, na hora inapropriada e da pior forma possível: sem transparência, ao arrepio da decência.

Derrubar o ato presidencial é sempre possível -nos últimos tempos algo até corriqueiro-, mas no

caso colocaria deputados e senadores na contramão do atual debate sobre a necessidade de se melhorarem as condutas no poder público. Veremos se Lula vetará junto a criação do instituto federal de educação da terra de Hugo Motta, que está embutido no projeto.

Agora, o Judiciário. É lá que se acumulam as mais fartas e escandalosas concessões de auxílios e ali também é que deve se concentrar a resistência; senão ao fim, ao menos a uma reorganização da farra com o dinheiro público.

Quando Dino partiu ao encalço do uso indevido de emendas parlamentares, o Congresso fez de conta que aderiu ao pacto proposto em 2024 e até hoje cria atalhos para fugir das correções.

O silêncio das associações de profissionais da Justiça diante da nova ordem evidencia o desagrado e sinaliza a intenção de defenderem seus alegados direitos. Está nas mãos do STF levar adiante a cruzada ou ceder ao canto das regalias das quais também se beneficia.

*Jornalista e comentarista de política

Vicente Loureiro*

O valor do simbólico em tempos de urgência

Trocar o monumento ao trabalhador, desenhado por Oscar Niemeyer, por um poste porta-câmeras é, em si, um ato rude e grotesco. Retrata o quanto o utilitarismo domina as decisões sobre o destino e a gestão dos bens de uso comum do povo por aqui. Vale a necessidade do momento. O impulso ultrapassa a razão. Desabriga-se o simbólico e aloja-se, em seu lugar, uma urgência qualquer, de última hora.

Pouco importa se as novas tecnologias embarcadas no poste, agora monumento, indiquem ser indispensável um CEP específico para tais câmeras. Muito ao contrário, elas impõem, na verdade, a necessidade de uma distribuição espacial ampliada desses equipamentos, capaz de elevar de forma consistente a qualidade dos serviços de segurança pública na região. A rede, no caso, ficou muito mais importante do que os pontos. Ou, melhor, do que os postes.

Não era necessário derrubar a obra de um dos mais celebrados arquitetos do mundo para instalar tais câmeras. Naquela encruzilhada não faltam oportunidades. Eger apenas aquele local como alternativa combinou prepotência com preguiça, justificando-se a economia de alguns caraminguás como se valesse a pena desfazer-se de um monumento com grife, numa cidade carente de bons

exemplos de arquitetura.

Um colega chegou a dizer: “numa região cheia de pórticos de gosto duvidoso, foram derrubar logo o monumento de dimensões despretensiosas e nada vulgar”. Outro, por sua vez, afirmou não ter a obra conseguido se transformar em patrimônio ativo no imaginário da população da cidade. A primeira afirmação, em certa medida, responde à segunda. E ousa complementar, lembrando o papel das obras de arte na construção da identidade e do significado dos lugares.

Não era obra tombada. Razão, então, para tombá-la literalmente? Esquece-se que um singelo exemplar do gênio de Niemeyer, por pior que seja, contribui muito mais para a qualificação da paisagem urbana do que um poste travestido de modernidade. Por melhores que sejam as intenções acopladas ao poste, ele seguirá sendo um poste. Enquanto isso, o monumento ao trabalhador transforma-se em escombros, prova inequívoca do escambo de significados dos tempos atuais.

“Vade retro”, ignorância. A desse tipo nem Deus costuma perdoar.

*Arquiteto e urbanista

EDITORIAL

A força dos agricultores na União Europeia

A decisão do Parlamento Europeu de impor restrições aos produtos agrícolas provenientes do Mercosul insere-se em um contexto mais amplo de tensões comerciais, ambientais e políticas entre a União Europeia e os países sul-americanos do bloco, especialmente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Embora o acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul tenha sido negociado ao longo de mais de duas décadas, sua ratificação tem enfrentado forte resistência dentro da Europa, sobretudo no setor agrícola.

Um dos principais argumentos do Parlamento Europeu para restringir ou condicionar a entrada de produtos agrícolas do Mercosul está relacionado às preocupações ambientais. Parlamentares europeus apontam que a produção agrícola em países do Mercosul, em especial a pecuária e o cultivo de soja, estaria associada ao desmatamento, à perda de biodiversidade e ao enfraquecimento de compromissos climáticos. Nesse sentido, a União Europeia tem buscado alinhar sua política comercial ao Pacto Verde Europeu, exigindo que produtos importados cumpram padrões ambientais e sanitários semelhantes aos exigidos dos produtores europeus.

Além da questão ambiental, há uma forte pressão interna de agricultores europeus, que veem nos produtos do Mercosul uma concorrência considerada desleal. Esses produtores argumentam que os custos de produção na Europa

são mais elevados devido a regras rigorosas sobre bem-estar animal, uso de pesticidas e proteção ambiental. A entrada de produtos agrícolas sul-americanos a preços mais baixos poderia, segundo eles, comprometer a renda agrícola e a estabilidade do setor rural europeu, especialmente em países como França, Irlanda e Polónia.

Do ponto de vista do Mercosul, as restrições são frequentemente interpretadas como medidas protecionistas disfarçadas de preocupações ambientais. Governos e representantes do setor exportador sul-americano argumentam que tais barreiras dificultam o acesso ao mercado europeu e limitam as oportunidades de desenvolvimento econômico da região. Além disso, criticam a aplicação de exigências unilaterais, sem o devido reconhecimento das realidades econômicas e sociais dos países em desenvolvimento.

As restrições impostas pelo Parlamento Europeu também têm implicações geopolíticas. Ao endurecer as condições para o comércio agrícola com o Mercosul, a União Europeia corre o risco de afastar parceiros estratégicos e abrir espaço para o fortalecimento de relações comerciais desses países com outras potências, como China e Estados Unidos. Assim, a decisão reflete o delicado equilíbrio entre a defesa de valores ambientais e sociais, a proteção de interesses econômicos internos e a manutenção da influência europeia no comércio internacional.

Opinião do leitor

Nova voz

Quando pegar o microfone, Jéssica Martin será a primeira mulher a ser puxadora de uma escola do Grupo Especial do Carnaval carioca. Ela será a nova voz da Beija-Flor.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: PAÍS EM LUTO COM A MORTE DO BARÃO DE TEFÉ

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de fevereiro de 1931 foram: Governo consegue vitórias no Parlamento alemão, com aprovação de orçamentos para ministérios. Justiça espanhola põe

em liberdade 80 revolucionários de movimentos anteriores. Ghandi acha difícil a pacificação na Índia ficar só nas propostas inglesas. País em luto com a morte do Barão de Tefé.

HÁ 75 ANOS: VARGAS VAI APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO BANCO DO BRASIL

As principais notícias do Correio da Manhã em 11 de fevereiro de 1951 foram: Tropas Aliadas e Comunistas travam duelo pela posse de Seul. Governo francês consegue ajustar um plano para evitar o

armamento da Alemanha. Andres Trueba e Alfredo Brum foram proclamados presidente e vice do Uruguai. Getúlio Vargas vai apurar supostas irregularidades no Banco do Brasil.

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@correiodamanha.com.br

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes

Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200

Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.